

21 de junho de 2024

Ao Comitê Nacional de Greve do ANDES-SN,

Na manhã desta última terça-feira, 18 de junho, a ADUFSCar convocou, conforme indicação do ANDES-SN, assembleia geral (AG) para tratar dos rumos da greve da categoria e deliberar sobre as três questões colocadas ao final do Comunicado N° 85, enviado em 17 de junho às seções sindicais.

A AG se realizou de maneira presencial e simultânea nos quatro campi da UFSCar (São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino) com intercomunicação via webconferência. Estiveram presentes cerca de 150 docentes e, após mais de duas horas de debates, a principal deliberação foi a resposta à terceira pergunta presente no referido Comunicado: por maioria expressiva, a ADUFSCar indica ao CNG **a construção de saída coletiva da greve**; quanto à assinatura de Termos de Acordo com o governo federal, entendeu-se que sem a materialização das propostas em uma minuta, é impossível indicar a assinatura, por isso, é imprescindível que sejam apresentadas as Minutas desses termos para análise e deliberação pela base do ANDES-SN.

A categoria compartilha da avaliação de que atingimos os limites da mobilização e da negociação junto ao Governo Federal no que tange a reajuste salarial e reestruturação de carreira; também compreende que houve conquistas durante o processo de mobilização junto às demais categorias, em particular no que diz respeito à mobilização em defesa da educação pública federal em unidade com servidoras/es técnicos-administrativos e estudantes; e, ainda, que é necessário continuar a pressão sobre o governo, diante da insuficiência nas negociações, embora de outras formas que não com a manutenção da greve. Nesse sentido, portanto, entende-se que, no que diz respeito à pauta apresentada por nosso movimento, houve pontos atendidos e pontos não atendidos, o que aponta para a necessidade de nos mantermos mobilizados e na luta.

Segue, abaixo, breve resumo da avaliação construída em nossa AG acerca da conjuntura e das propostas até agora apresentadas por MGI e MEC:

1. Temos, de fato, uma composição parlamentar conservadora no Congresso Nacional, mas temos, igualmente, uma composição ministerial que não atua de forma progressista, a exemplo do Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad, que tem aplicado uma política neoliberal. O Governo Lula (PT) está repleto de contradições, e uma delas, mais recente, envolve seu pronunciamento tardio com relação ao Projeto de Lei 1904/2024, o PL do estupro, que tem sido um ponto polêmico na sociedade;

2. Localmente, em São Paulo, temos um desafio relacionado ao governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que aplica uma política neoliberal e conservadora, avançando em um projeto de desmonte da educação pública e gratuita no Estado. Para combatermos o avanço da extrema-direita é preciso tomarmos as ruas, como protagonistas na organização da categoria docente e na mobilização;

3. A greve nacional da educação federal é uma greve realizada não apenas para reivindicar o que não temos, mas para defender aquilo que já conquistamos. Conseguimos uma greve de grande amplitude e intensa participação, com o envolvimento de 62 instituições federais e todas as categorias da comunidade acadêmica (docentes, TAEs e estudantes de graduação e pós-graduação. Por isso, a saída da greve nacional precisa ser coletiva, senão em unidade, ao menos muito dialogada entre todas as categorias. É preciso refletir sobre os métodos de continuidade da pressão sobre o Governo diante do fim da greve, pois há muitos itens de nossa pauta de reivindicações ainda em disputa e negociação, em particular o que diz respeito à pauta não remuneratória (itens do “revogaço”);

4. Há vitórias que são fruto da greve, no plano político e simbólico, como o desgaste político da PROIFES-Federação e o reconhecimento do ANDES-SN como legítimo representante da nossa categoria nas mesas de negociação; ademais, é significativo o processo de renovação de nossas lideranças sindicais; também a disposição do sindicato nacional para a continuidade das negociações, mesmo diante da intransigência do governo e do golpe aplicado juntamente com a referida federação, o que comprova o caráter verdadeiramente democrático e de luta na defesa das categorias que representa por parte do ANDES-SN;

5. Não foram atendidas pautas fundamentais que compreendiam orçamento: a proposta reajuste salarial e de reestruturação da carreira são pontos sobre os quais não obtivemos bons resultados. Por outro lado, o reajuste nos benefícios alimentação, creche e saúde, se podem ser vistos como positivos, precisam ser considerados como uma vitória parcial, uma vez que ainda não houve a reivindicada equiparação entre os poderes.

6. Também foi meramente ilustrativa a proposta de recomposição orçamentária, da ordem de 400 milhões, anunciada em 10 de junho pelo governo. É fundamental ter em conta que precisamos reivindicar o aumento de investimento na educação federal, central para a permanência estudantil. Precisamos garantir que sejam cumpridas as leis do PNAES e de Cotas e a consolidação da ampliação das universidades que se iniciou há pouco mais de uma década;

7. Docentes aposentadas/os foram os mais prejudicados no processo de negociação de 2024, uma vez que não se viu contemplada pelos reajustes dos

benefícios (à exceção do auxílio saúde) e ainda não se avançou, por exemplo, na reivindicação pela eliminação da contribuição para o INSS de aposentadas/os’

8. É inadmissível o descaso do governo com as categorias de servidoras/es da educação, principalmente se nos lembramos que foram trabalhadoras/es que apoiaram e se dedicaram a contribuir para que Lula fosse eleito. Infelizmente, o que se viu neste processo de negociação foi desrespeito e desconsideração. Nesse sentido, lamentamos profundamente as falas do presidente Lula e do Ministro Camilo Santana por ocasião da reunião com reitoras/es de 10 de junho;

9. Será importante que o ANDES-SN siga atuante nas mesas permanentes de negociação e que retome o debate com relação à reestruturação da carreira, uma vez que é necessário ter em conta não apenas a porcentagem de aumento entre os steps, mas sim revisitar toda a concepção das carreiras EBTT e MS a partir de uma concepção de educação superior e técnica-tecnológica que contemple as reais necessidades do povo brasileiro;

10. Será preciso acompanharmos e nos posicionarmos sobre a proposta de expansão das universidades com a inauguração de novos campi, uma vez que há muitas universidades e institutos federais que participaram do projeto de expansão em governos anteriores e ainda não tiveram a dotação orçamentária necessária para concluírem seu processo de implantação. Antes da abertura de novos campi, há que se ter garantidos os recursos para o pleno funcionamento dos já existentes, tanto em termos de infraestrutura física e humana (contratação de docentes e TAES) quanto no que diz respeito à permanência estudantil.

A Diretoria da ADUFSCar e o Comando Local de Greve da UFSCar saúdam o CNG e agradecem pelo trabalho que vem sendo realizado.

Fernanda Castelano Rodrigues

Presidenta da ADUFSCar SSind